

# QUÉRCIA TEM RESPOSTA PARA RETALIAÇÃO

Se houver qualquer retaliação do governo federal ao governo de São Paulo, o presidente Sarney não ficará sem resposta. A advertência foi feita ontem pelo coordenador da bancada paulista do PMDB, deputado Roberto Rollemberg, e não deixou de ser interpretada como um recado do próprio governador.

Rollemberg e Quércia, porém, fizeram questão de ressaltar que até agora não houve retaliação. "Fizemos uma avaliação e eu disse aos companheiros que não temos nenhuma queixa do governo federal. Há o melhor relacionamento possível entre o governo federal e o de São Paulo", disse o governador, depois de receber no Palácio dos Bandeirantes 12 dos 28 deputados do PMDB paulista.

Quércia provavelmente não terá problemas, apesar de dar liberdade a seus liderados para votarem nos quatro anos de mandato para Sarney: pessoalmente ele defende os cinco anos.

Mais aflito está o governador do Rio, Moreira Franco, que continua pregando eleições em novembro. E totalmente tranqüilo está o governador Alvaro Dias, do Paraná, entusiasmado defensor dos cinco anos — e que ontem chegou a admitir que seu Estado tem recebido um tratamento privilegiado por causa disso.

No Rio, as retaliações a Moreira Franco são assunto proibido pelo governador, que fiel aos ensinamentos de seu sogro (o velho peessedista Amaral Peixoto) continua mudo sobre o tema, dissimulando. A única retaliação admitida de público é que o controle da TV-E, pretendido pelo Estado, não vai sair mais da órbita da União.

Moreira continua defendendo os quatro anos, certo de que o governo federal não terá como discriminar o Rio — e se o fizer, tornará Moreira líder da oposição, situação muito vantajosa em futuro próximo.

A situação no Rio pode-se complicar, contudo, a partir de amanhã, quando o Diretório Regional do PMDB se reúne para aprovar um documento favorável aos quatro anos para Sarney.

## Revide

Em São Paulo, o revide preventivo de Quércia foi organizado pelo deputado Rollemberg: "O governador defendeu os cinco anos e depois passou a admitir a tendência popular pelos quatro anos, dando liberdade para que cada um se posicionasse à vontade. Daí surgiram notícias de que o resultado seria uma eventual retaliação do presidente da República contra Quércia. Por isso resolvemos conversar com ele e deixar clara nossa solidariedade".

Segundo o deputado, a resposta do governador tranqüilizou a todos. Mas afirmou que "se o presidente da República fechasse a torneira para São Paulo", os deputados iriam estudar como ficar ao lado de Quércia. E essa posição iria "refletir politicamente na fixação do mandato de quatro anos para o presidente".

Retaliação, para Rollemberg, seria o corte de atendimento nas reivindicações da Caixa Econômica, de verbas de convênios administrativos e assim por diante. "Se existem deputados — 18 em 28 — que defendem os cinco anos de mandato em razão das relações político-administrativas com Sarney, no momento em que ocorre a retaliação não haveria mais motivo algum para manter essa solidariedade político-administrativa".

Para deixar claro que seu relacionamento com o presidente continua bom, Quércia revelou aos deputados ter recebido telefonemas de Sarney anteontem à noite e ontem pela manhã para conversar sobre o novo ministro do Planejamento.

Em relação à duração do mandato de Sarney, Quércia voltou a dizer que do seu ponto de vista a questão está aberta: "Cada um deve votar de acordo com a definição da convenção do PMDB. Está a critério de cada parlamentar".

## Diferença

Em Brasília, com um sorriso nos lábios, Alvaro Dias defendeu intransigentemente os cinco anos. E admitiu as vantagens que vem recebendo por isso: "Quando existe uma afinidade política, o tratamento é diferenciado. Ninguém alimenta o inimigo". Um exemplo: só para pavimentação de estradas federais, o Paraná recebeu ano passado Cr\$ 19 bilhões, graças à "generosidade" do ministro Ronaldo Tavares, dos Transportes.

## Mandato: Sarney tem pressa de uma definição.

O presidente da República, José Sarney, reuniu ontem à noite, no Palácio da Alvorada, alguns de seus ministros para definir uma estratégia conjunta visando antecipar a votação sobre a duração do mandato presidencial. De acordo com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, "é muito importante para o País a definição do mandato e do sistema de governo para que a Constituinte possa passar à discussão das questões substantivas, como direitos do trabalhador ou ordem econômica e social, que devem comandar o debate".

Participaram da reunião ontem à noite os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; João Alves, do Interior; Borges da Silveira, da Saúde; Ronaldo Costa Couto do Gabinete Civil e Iris Rezende, da Agricultura. De acordo com o chefe do Gabinete Civil, foram levantados na reunião argumentos a favor e contra a antecipação da votação do mandato presidencial. Nesse sentido, a questão deverá ser levada à apreciação de políticos afinados com as teses do governo e de regimentalistas, para julgar a conveniência da antecipação.

De acordo com Costa Couto, a tese da antecipação tem simpatia no governo. Amanhã continuam as reuniões do presidente com os ministros, sempre à noite, no Palácio da Alvorada.

### Ulysses no Sul

Essa antecipação foi um dos temas debatidos ontem pelo presidente, da Constituinte, Ulysses Guimarães que foi aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, novas etapas de sua peregrinação pelo País — iniciada com uma visita ao governador de Minas Gerais na semana passada —, para pedir aos governadores que o ajudem a apresentar os trabalhos da Constituinte.



Cabral reunido com os sub-relatores

Em Curitiba, Ulysses Guimarães disse aos jornalistas: "Eu estou pedindo aos governadores que nos ajudem, que atuem de forma decisiva para que os constituintes fiquem em Brasília, se armem de energia para trabalhar à noite, de madrugada, nos fins de semana e que não queiram sair do partido".

A reunião de Ulysses com o governador do Paraná, Alvaro Dias, durou cerca de uma hora. Logo em seguida Alvaro Dias embarcou para Brasília, onde teve uma audiência com o presidente José Sarney. Após a reunião com o governador, Ulysses disse acreditar que a votação da duração do mandato do presidente Sarney dificilmente poderá ser antecipada, pois para isso seria necessário alterar o regimento e conseguir acordo generalizado: "Há dificuldades. Estou vendo muitas lideranças contrárias à antecipação".

Ainda segundo Ulysses, o risco maior de se votar logo a duração do mandato do presidente

"é que a parte perdedora se desinteressará dos trabalhos e isso pode atrasar ainda mais a nova Constituição".

Em Florianópolis — segunda escala da viagem de Ulysses —, o governador Pedro Ivo disse estar em dúvida quanto à necessidade de se antecipar a votação do mandato do presidente ou agilizar os trabalhos da Constituinte. Disse estar disposto a atender ao apelo de Ulysses, embora não pretenda interferir nas decisões dos constituintes a respeito de questões consideradas polêmicas.

Em Porto Alegre, Ulysses foi recebido por Pedro Simon e admitiu para os jornalistas que, pessoalmente, prefere os cinco anos de mandato para o presidente Sarney, "mas os constituintes vão se definir de acordo com suas convicções pessoais". Em entrevista à imprensa, o presidente da Constituinte disse que não existe razão para demora:

— Entre as propostas do deputado Bernardo Cabral e as emendas do Centrão, cerca de 80% convergem e tenho a convicção de que em dois meses poderíamos promulgar a nova Constituição, disse Ulysses.

Em Brasília, o governador Alvaro Dias deu uma entrevista após a audiência com Sarney e disse que defende a antecipação dos dois temas mais polêmicos: o mandato presidencial e o sistema de governo. Disse que o resultado da votação "é imprevisível", mas garante que os 20 parlamentares paranaenses que assinaram a emenda Matheus Iensen vão votar a favor dos cinco anos.

Ainda ontem, em Brasília, líderes de quatro partidos desaconselharam a antecipação da votação do mandato de Sarney e do sistema de governo. Concordam com isso os líderes José Lourenço, do PFL; Amaral Neto, do PDS; Gastone Righi do PTB e José Genoíno do PT.

## Centrão responde a Cabral e reclama com Ulysses

Irritado com as críticas do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, advertiu: "Não extinguimos o cargo de relator porque não quisemos e o seu parecer não nos preocupa, pois podemos derrubá-lo na hora que quisermos". Cabral divulgou hoje seu parecer sobre as 2.023 emendas, com uma revisão cuidadosa de todas as propostas substitutivas coletivas do Centrão.

Reunido com outros líderes do grupo no seu quarto no Hospital Sarah Kubitschek, onde se recupera de uma cirurgia, Cardoso Alves rebateu as críticas de Cabral de que o Centrão, em suas emendas, copiou em 80% o projeto da Comissão de Sistematização: "O Centrão não aceita as críticas de Cabral

nem da tal relatoria-adjunta — que aliás inexistia regimentalmente —, e avisa que foi aventada a hipótese de o grupo apresentar um novo regimento interno da Constituinte extinguindo o cargo de relator, o que só não foi feito por consideração da maioria, para não parecer um ato de menosprezo a Cabral". Na próxima segunda-feira o Centrão se reúne com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para reclamar da atitude de Cabral e dos relatores que o auxiliam na análise das emendas. Cardoso também pedirá que Ulysses "coloque ordem" no programa A Voz da Constituinte, que é "parcial e serve a minorias radicais de esquerda".

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) também criticou as emendas substitutivas do Centrão, afirmando que elas são "o que

existe de mais retrógrado". Para ele, os líderes do Grupo são os direitistas mais radicais do País, duvidando que as propostas do Centrão obtenham maioria na hora da votação em plenário.

### Os pareceres

Os pareceres do relator Bernardo Cabral sobre as 2.023 emendas — 28 coletivas, com mais de 260 assinaturas — serão um relatório sobre todas elas, com recomendações de destaques a serem pedidos no plenário e até conselhos para a fusão de algumas emendas. O único adiantamento sobre os pareceres, feito pelos relatores-adjuntos, foi contraditório: Adolfo de Oliveira disse que Cabral acatou 496 emendas (perto de 25%), rejeitando 1.527; José Fogaça informou que

35% delas tiveram parecer favorável.

Falando em nome de Cabral, Fogaça disse que o novo regimento interno do Centrão deu amplos poderes ao relator, mas prejudicou individualmente os constituintes, pois aqueles que tiveram um parecer contrário à sua emenda terão de conseguir 280 votos para reverter a votação e aprovar a emenda, colocando-a no texto da Constituição. Já os que tiveram parecer favorável, "podem ir para casa dormir, porque os outros é que terão que reunir 280 votos para rejeitar a emenda", comentou.

E o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) apresentou projeto de resolução pedindo prioridade de votação também para as 112 emendas populares (com mais de 30 mil assinaturas cada).